

Brasília, 30 de janeiro de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | Propriedade Industrial

Projeto garante direito de uso de marca após utilização prolongada sem oposição 3

Jornal de Brasília Online

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | Propriedade Industrial

Projeto de lei protege uso prolongado de marcas sem registro 4

Pequenas Empresas Grandes Negócios Online

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Acordo Mercosul-UE amplia mercados para segmentos estratégicos da micro e peq... 5

Radar Online - Veja.com

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2026 | Patentes

Associação Brasileira de Bioinovação anuncia novo conselho diretor 7

Projeto garante direito de uso de marca após utilização prolongada sem oposição



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

O Projeto de Lei 512/25 altera a Lei de **Propriedade de Industrial** para proteger quem usa uma marca há muito tempo, mesmo sem ter o registro oficial. A proposta permite que o comerciante mantenha o nome do seu negócio em casos de utilização prolongada e sem oposição do dono da marca registrada. O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, esse direito será reconhecido se houver uma grande distância geográfica entre as empresas e se o dono do registro oficial tiver demorado a agir. Além disso, será necessário provar que o uso do nome pela outra empresa não causou prejuízos financeiros.

Proteção a pequenos negócios

O autor, deputado Jonas Donizette (PSB-SP), explica que a medida busca proteger especialmente microempresas e pequenos empreendedores.

Segundo ele, muitas vezes esses negócios usam uma marca de forma consolidada em sua cidade, mas correm o risco de perdê-la por causa de grandes corporações que registraram o nome, mas não atuam naquela região.

"O uso legítimo e contínuo de uma marca deve ser protegido, pois reflete o investimento, o esforço e a confiança do empreendedor na marca que construiu", afirma o autor na justificativa.

O parlamentar argumenta que, quando as lojas estão muito distantes uma da outra, não há concorrência direta nem risco de confundir o consumidor. O projeto visa garantir segurança jurídica e evitar ações que prejudiquem o comércio local.

Jurisprudência

Na justificativa, o autor cita uma decisão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que permitiu a convivência de duas marcas iguais (pizzarias) em cidades diferentes. Ao negar o pedido de exclusividade, o tribunal considerou o uso de boa-fé por 30 anos e a demora do titular do registro em reclamar.

Próximos passos

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

sobre a tramitação de projetos de lei

Reportagem - Emanuelle Brasil
Edição - Ana Chalub

Projeto de lei protege uso prolongado de marcas sem registro



A proposta altera a Lei de **Propriedade Industrial** para salvaguardar micro e pequenos empreendedores contra ações de grandes corporações distantes.

O Projeto de Lei 512/25, de autoria do deputado Jonas Donizette (PSB-SP), propõe alterações na Lei de **Propriedade Industrial** para proteger o uso prolongado de marcas sem registro oficial. A iniciativa permite que comerciantes mantenham o nome de seus negócios quando o uso for contínuo e sem oposição do titular da marca registrada.

De acordo com o texto, esse direito será reconhecido em casos de grande distância geográfica entre as empresas, demora do dono do registro em agir e ausência de prejuízos financeiros causados pelo uso

da marca. O objetivo é resguardar especialmente microempresas e pequenos empreendedores, que muitas vezes consolidam marcas em suas cidades, mas enfrentam riscos de perda por grandes corporações que registraram o nome sem atuar na região.

"O uso legítimo e contínuo de uma marca deve ser protegido, pois reflete o investimento, o esforço e a confiança do empreendedor na marca que construiu", afirma o autor na justificativa. Ele argumenta que, em localidades distantes, não há concorrência direta nem risco de confusão ao consumidor, promovendo segurança jurídica e evitando prejuízos ao comércio local.

Na justificativa, Donizette cita uma decisão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que permitiu a convivência de duas marcas idênticas de pizzarias em cidades diferentes. O tribunal negou a exclusividade considerando o uso de boa-fé por 30 anos e a demora do titular em reclamar.

A proposta tramita em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados e será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Com informações da Agência Câmara de Notícias

Acordo Mercosul-UE amplia mercados para segmentos estratégicos da micro e pequena empresa brasileira, diz Sebrae



Análise da instituição projeta avanço em produtos como café, frutas, cachaça, aves, mel e madeira processada, indicando aumentos no volume de exportações

Uma análise do Sebrae sobre o texto do , que reduz barreiras tarifárias e burocráticas no comércio entre os dois blocos, projeta incremento no volume de exportações e de receita para segmentos importantes da economia onde há presença forte da micro e pequena empresa brasileira.

A instituição considera o tratado, formalizado no último dia 17, um marco histórico de abertura de novos mercados para o país, podendo injetar até R\$ 37 bilhões no PIB nacional até 2044, segundo previsões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Para o diretor técnico e presidente interino do Sebrae, Bruno Quick, o acordo representa novos mercados para o produto brasileiro, mas, ao mesmo tempo, um acesso a maquinários e insumos que garantirão ganhos de produtividade internamente.

"A hora é de reforçar a preparação dos pequenos negócios, diante desse grande mercado consumidor que se abre, somando mais de 700 milhões pessoas considerando os dois blocos, para estarmos prontos quando as regras passarem a valer", diz Quick.

Os dados levantados pelo Sebrae traçam as previsões por segmento. Um dos que se destacam é o do café beneficiado (torrado e solúvel), hoje com tarifas entre 7,5% e 11,5% e que serão zeradas em até quatro anos. A projeção é que o quilo do produto beneficiado gere até 165% mais receita em

relação ao grão cru.

Outro mercado com impacto positivo projetado é de carne de aves e suínos, que pode ter um incremento de 19,7% nas exportações até 2040, com crescimento produtivo de 9,2%. O acordo prevê uma cota de 180 mil toneladas com tarifa zero, a ser implementada gradualmente nos próximos sete anos. A cota vale para o bloco exportar à União Europeia e é medida pelos sistemas de comércio exterior.

Na carne bovina, também haverá uma cota para o bloco, de 99 mil toneladas com tarifa de 7,5% - bem abaixo das que incidem hoje, que podem chegar a 31%. A projeção é de aumento de 5,1% nas exportações e 1% na produção no médio prazo.

Com eliminação imediata de tarifas para uvas e maçãs e em até sete anos para limões, o setor de frutas ganha competitividade em relação a países como Chile e Peru, que já são isentos no mercado europeu. O mercado brasileiro se beneficiará, ainda, da unificação de regras tarifárias e informações regulatórias prevista no capítulo sobre micro, pequenas e médias empresas do acordo.

Tipicamente brasileira, a cachaça não apenas ganha mercado, já que a alíquota atual de 8% será reduzida gradualmente em quatro anos até zerar para garrafas de até 2 litros, além de cota de 2.400 toneladas com tarifa zero se for a granel, mas também tende a ter sua marca mais protegida. Isso porque o fluxo maior para a Europa consolidará a cachaça como um produto de denominação exclusiva do Brasil, o que evita o uso indevido por produtores estrangeiros.

O acordo é visto como uma chance de alavancar ainda mais os produtos brasileiros que têm **Indicação Geográfica (IG)** - um reconhecimento do **Instituto de Propriedade Industrial (INPI)** de que aquele item tem qualidades ou características de uma determinada área geográfica, incluídos os fatores naturais e humanos, não sendo possível ser produzido em outro ambiente. É o caso do queijo da Canastra (MG), o mel de melato de Bracatinga (sul do país) e cafés em diversas regiões do país.

Continuação: Acordo Mercosul-UE amplia mercados para segmentos estratégicos da micro e pequena empresa brasileira, diz Sebrae

"Vamos intensificar o trabalho de excelência que o Sebrae já faz para apoiar os empreendedores no registro de IGs. Hoje, há 150 IGs reconhecidas no país e esse número tem potencial para subir. Somente no ano passado, aplicamos 95 diagnósti-

cos, com a identificação de 69 territórios com potencial positivo para serem reconhecidos como indicação geográfica. E continuaremos trabalhando", aponta Quick.

Produtos que carregam essa espécie de selo de qualidade e autenticidade podem se beneficiar com a abertura do mercado europeu, aponta a análise do Sebrae. O mel é um desses produtos, um segmento

formado por quantidade expressiva de pequenos produtores, destaca o estudo.

O levantamento mostrou ainda potencial para produtores de artigos em madeira processada, como móveis, bem como facilidade no acesso a maquinário e insumos por parte da indústria brasileira, que poderão importar a preços mais competitivos. Cadeias de suprimento industriais, segundo a análise do Sebrae, também poderão se beneficiar com aumento de volume exportado.

Associação Brasileira de Bioinovação anuncia novo conselho diretor



Com a nova presidente, Deia Vilela, e o vice, Miguel Sieh, entidade focará na implementação das metas de descarbonização e expansão da bioeconomia no país

Vice-presidente da IFF Health & Biosciences para a América Latina, Deia Vilela é a nova presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI). Miguel Sieh, diretor de Novos Negócios da Suzano, ocupará a vice-presidência.

A entidade reúne, no momento, 24 associadas com faturamento superior a 400 bilhões de reais e participação direta na geração de mais de 200.000 empregos no Brasil.

Membro titular da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), a ABBI mantém foco em temas relacionados à bioeconomia, à inovação e à **propriedade intelectual**.

Segundo a entidade, o primeiro desafio da nova diretoria será conduzir as discussões sobre a implementação das metas de descarbonização e expansão da bioeconomia no país, além da definição de instrumentos de financiamento à inovação, atualmente em debate no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio).

Informou, ainda, que outros temas prioritários na agenda da ABBI incluem a regulamentação do Mercado Regulado de Carbono e do Marco Regulatório dos Bioinsumos, além de discussões sobre a proteção de **patentes** e a gestão da **propriedade intelectual** no Brasil.

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem	3,4
Marco regulatório INPI	3,4
Patentes	5
Propriedade Industrial	1,2,3,4
Propriedade Intelectual	5